

**Iguais no vício.** Na escuridão do prédio abandonado, juntam-se pessoas de classes e idades diferentes

FOTOS EDSON CHAGAS



**SUB-HUMANO.** Além do mau cheiro, lugar é repleto de dejetos e restos de comida espalhados pelo chão. Nem as moscas ou a escuridão parecem incomodar quem passa horas ali para usar o crack

# O horror por trás dos muros da cracolândia

**A GAZETA conta como vivem os usuários de crack no antigo prédio da Giacomini, em Vitória**

**PRISCILLA THOMPSON**  
ppessini@redegazeta.com.br

■ São cerca de 15h de segunda-feira e o movimento de carros e pessoas na Avenida Américo Buaiz, na Ilha do Príncipe, em Vitória, não é capaz de revelar o que se passa do lado de dentro de um pequeno buraco aberto a marretadas no prédio da antiga loja Giacomini. O local, abandonado há cerca de 10 anos, já é conhecido por abrigar usuários de crack, mas o lado de dentro da

alguns dias”, diz um dos frequentadores. O local é vigiado de fora, do alto do morro da Ilha do Príncipe. “A gente sabe quem entra e quem sai”, adverte.

O submundo das drogas está a apenas um passo de uma das avenidas mais movimentadas do centro da Capital, e eles sabem disso: “Aqui é a porta do inferno. Aqui acontece de tudo. Tem gente de tudo quanto é parte e de todo o tipo”, afirma o usuário, que se diz casado com cinco mulheres, pai de cinco filhos e cidadão extremamente respeitado pelos moradores da região.

Logo na entrada, percebe-se que não é preciso muita iluminação para acompanhar o movimento de pessoas. Apenas as

quantidade de moscas e mosquitos, também não parecem incomodar quem faz daquele lugar um abrigo ou uma moradia temporária para consumo da droga. Também segundo os frequentadores, quase ninguém mora lá. “Todo mundo tem casa, mas vem pra cá pra poder usar pedra. Tem uns que passam a noite porque não conseguem se levantar, mas vão embora no dia seguinte”, diz um deles.

Em plena luz do dia, o “entra e sai” de pessoas é constante. Em grupos, os usuários de drogas e as prostitutas vão chegando, cumprimentando quem está

dentro, procurando saber se a “barra está limpa” e se acomodando pelos andares. Há gente de todo o tipo: adolescentes, menores de idade, meninas bem vestidas, senhores. Um jovem admite já ter sido preso quatro vezes, quase sempre por tráfico de drogas. Outros preferem não falar do passado. Dizem temer a ação da polícia e da guarda municipal que, segundo eles, costuma dar “batidas”, queimar roupas e até mesmo roubar pedras para consumo próprio.

Lá dentro, todos são iguais, mas percebe-se que há uma hierarquia, revelada apenas por meio de olhares e algumas frases soltas. “Esse alí é o meu gerente. Percebeu que eu perguntei e ele se a gente pediu

EDSON CHAGAS



Eu não mere



■ São cerca de 15h de segunda-feira e o movimento de carros e pessoas na Avenida Américo Buaiz, na Ilha do Príncipe, em Vitória, não é capaz de revelar o que se passa do lado de dentro de um pequeno buraco aberto a marretadas no prédio da antiga loja Giacomini. O local, abandonado há cerca de 10 anos, já é conhecido por abrigar usuários de crack, mas o lado de dentro da "porta do inferno" - apelido dado pelos próprios frequentadores - poucos conhecem.

Na tarde de ontem, a reportagem de A GAZETA teve acesso ao prédio, onde só entra quem tem autorização ou é convidado por outro usuário. Conhecer todos os cinco andares do edifício, porém, é quase impossível. "Teríamos que pedir a todo o pessoal daqui. Demora

mas vem pra cá pra poder usar pedra. Tem uns que passam a noite porque não conseguem se levantar, mas vão embora no dia seguinte", diz um deles.

Em plena luz do dia, o "entra e sai" de pessoas é constante. Em grupos, os usuários de drogas e as prostitutas vão chegando, cumprimentando quem está

disso: "Aqui é a porta do inferno. Aqui acontece de tudo. Tem gente de tudo quanto é parte e de todo o tipo", afirma o usuário, que se diz casado com cinco mulheres, pai de cinco filhos e cidadão extremamente respeitado pelos moradores da região.

Logo na entrada, percebe-se que não é preciso muita iluminação para acompanhar o movimento de pessoas. Apenas as silhuetas dos corpos podem ser vistas, o que garante a segurança de quem está ali. Quem frequenta diz saber andar por todos os ambientes no escuro, sem riscos de sofrer acidentes - ainda que haja relatos de pessoas que tenham caído de andares inteiros na escuridão.

O mau cheiro dos dejetos e dos restos de comida espalhados pelo chão, assim como

**“ Eu não moro aqui, tenho a minha casa, mas passo 24 horas, 48 horas fumando aqui dentro, se deixar”**

X. FREQUENTADOR DO PRÉDIO

de drogas. Outros preferem não falar do passado. Dizem temer a ação da polícia e da guarda municipal que, segundo eles, costuma dar "batidas", queimar roupas e até mesmo roubar pedras para consumo próprio.

Lá dentro, todos são iguais, mas percebe-se que há uma hierarquia, revelada apenas por meio de olhares e algumas frases soltas. "Esse ali é o meu gerente. Percebeu que eu perguntei a ele se a gente podia continuar aqui dentro?", diz um deles. Em julho deste ano, um rapaz foi resgatado pela guarda municipal, no local, após ser torturado. Eles não falam sobre o assunto, mas dão a entender que no subsolo, outro tipo de atividade é praticada. "Ali é sinistro. Você nem ia querer saber o que acontece lá", diz.



### Cachimbo fica pronto em menos de 10 segundos

■ Menos de dez segundos. Esse é o tempo que um usuário leva para fabricar um cachimbo, que será usado para fumar a droga. Nem mesmo o uso da máquina fotográfica ou o número de pessoas circulando pelo prédio atrapalham a habilidade de quem fuma crack todos os dias. Uma antena de TV, um pedaço de louça, outro de papel alumínio - retirado

de marmitas espalhadas pelo chão - e um pequeno pedaço de sacola são suficientes para a fabricação do instrumento durante uma conversa rápida. "Isso aqui é fácil de fazer. Tem jeito de fazer na latinha também, com um furinho", diz um dos frequentadores do prédio da antiga Giacomini. A frequência com que os cigarros são acessos no lugar e a quantidade de pessoas que passam pela porta de saída com os cigarros acessos é espantosa e ao mesmo natural para eles. "Toda hora tem gente aqui", resume um deles.

## Prefeitura: local será desapropriado

### Até que isso aconteça, porém, a administração diz não poder retirar as pessoas do local

■ A situação da região conhecida como "Cracolândia", que abrange o prédio da antiga Giacomini e o entorno da Ilha do Príncipe, em Vitória, parece não ter controle. Para deixar o local com segurança, a equipe de reportagem precisou pagar

aos usuários, depois de sofrer ameaças.

A prefeitura afirma não poder retirar os moradores do local, já que o prédio é propriedade particular. O secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kleber Frizzera, diz que a administração deu início, neste ano, ao processo de desapropriação deste e de outros 11 prédios da região para a criação do Portal-Sul.

"O portal tem como objetivo implementar uma série de mudanças viárias na área que vai do

Mercado da Vila Rubim ao Sambódromo, melhorando o acesso à rodoviária e ao porto. Estamos negociando a desapropriação dos imóveis e vamos contratar o projeto para 2010", disse.

Com relação aos ataques que os frequentadores dizem sofrer por parte da Guarda Municipal e da Polícia Militar, ambos dizem desconhecer tais situações. "A instituição se empenha no papel da prevenção para assegurar a sociedade. Para isso, realiza operações com o intuito de

deter infratores e apreender drogas, por exemplo", diz, em nota, a Polícia Militar.

A Guarda Municipal afirma, também em nota, manter equipes diárias realizando o patrulhamento na região, mas que sempre é acionada por moradores e acompanhada pela PM. "Em todas as operações, os agentes foram acionados por moradores que denunciaram a prática de crimes no local e os agentes estavam acompanhados de Policiais Militares", diz a nota.

**Posição.** A decisão considerou que, em caso de dependência, não cabe penalidade, mas tratamento

## Uso de droga não dá justa causa no trabalho

### Decisão do TRT-ES cancelou a demissão de um homem dispensado após exame para provar uso de maconha

■ Em decisão inédita no Estado, a Justiça do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) revogou a demissão por justa causa de um funcionário que trabalhava em uma plataforma de petróleo. Após exame de urina, realizado rotineiramente pela empresa, foi constatado que o empregado havia consumido maconha.

A decisão considerou que, em caso de dependência de maconha ou outra droga ilícita, não se cabe penalidade, e

sim encaminhamento para tratamento médico.

De acordo com o desembargador do TRT, Cláudio Armando Couce de Menezes, os mesmos fundamentos usados para afastar a justa causa em relação a alcoolismo, se encaixam ao dependente de maconha. "Já existem outras decisões nacionais nesse sentido. Essa é uma tendência", explica o desembargador.

#### MUDANÇA NA LEI

O advogado especialista em Direito do Trabalho, Eustáquio Ramacciotti se diz favorável à decisão do tribunal, mas pondera que deve haver mudanças na Constituição. "A Jurisprudência trabalhista

não prevê mais que o alcoolismo ou o uso de entorpecentes justifique uma demissão. Mas é preciso haver um rigor na legislação para se restringir o uso de drogas", argumenta.

Ramacciotti ressalta, ainda,

**“ Todo trabalhador tem a presunção da inocência”**

CLÁUDIO ARMANDO COUCE DE MENEZES  
DESEMBARGADOR RELATOR DO PROCESSO

que nesse caso, duas irregularidades foram cometidas pela empresa: ter demitido o funcionário, e tê-lo exposto a um exame que não consta na legislação. "Quando faz isso, a empresa mostra que está preocupada com sua estrutura e não com a saúde do empregado", explica.

Na Justiça, o empregado alegou não ser usuário de droga. Já a empresa se defendeu afirmando que as atividades exercidas por ele exigiam atenção total. Por isso era intolerável a utilização de qualquer substância entorpecente que pudesse alterar ou retardar os sentidos do trabalhador. (Frederico Goulart)

### Orientação do TST motivou a decisão

■ A decisão do TRT-ES de negar a demissão por justa causa mesmo após ter sido comprovado, por meio de exame de urina, o uso de maconha, foi baseada em uma orientação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo o tribunal, o alcoolismo não pode ser considerado um motivo legal para que um empregado seja mandado embora. É o que afirma o desembargador Cláudio Armando Couce de Menezes, que também foi o relator do processo. "Os mesmos fundamentos usados

para afastar a justa causa no caso de um alcoólatra também se amoldam a um dependente de maconha. A dependência da droga é considerada doença e o empregador deveria fornecer o devido tratamento ao empregado." A orientação do TST baseia-se no fato de que o alcoolismo crônico é reconhecida formalmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Código Internacional de Doenças (CID), como uma doença. Apesar disso, em primeira instância, o TRT-ES confirmou a demissão. "Esse processo pode ser defendido nos dois caminhos. Foi uma discussão muito polêmica, mas achamos por bem decidir assim", explica.